

TC 013.358/2017-0

Tipo: Tomada de Contas Especial

Unidade jurisdicionada: Município do Eusébio/CE

Responsável: Acilon Gonçalves Pinto Júnior (CPF 091.881.853-20)

Advogado: Tarcísio Vieira Mota Neto (OAB/CE 36.475) e outro, representando o Sr. Acilon Gonçalves Pinto Júnior; peça 11

Interessado em sustentação oral: não há

Proposta: mérito

INTRODUÇÃO

1. Cuidam os autos de tomada de contas especial instaurada pelo Tribunal de Contas da União em desfavor do Sr. Acilon Gonçalves Pinto Júnior (CPF 091.881.853-20), Prefeito do Município do Eusébio/CE (Gestões 2004-2008, 2009-2012 e 2017-), em decorrência do subitem 9.2.1 do Acórdão 668/2017-TCU-Plenário (TC 030.936/2015-2), motivada por irregularidades no convênio MS/FNS 1245/2005, celebrado com o Município do Eusébio/CE, Siafi 532984, o qual teve como objeto a aquisição de medicamentos e materiais de consumo odontológico e médico-hospitalar.

HISTÓRICO

2. O presente processo se baseia, nesta sua fase inicial, no Relatório de Demandas Especiais 00190.027281/2008-13 da Controladoria-Geral da União (CGU), constante nas peças 3 e 4, particularmente na peça 4, p. 4-10. Referido Relatório decorreu dos trabalhos de fiscalização desenvolvidos pela CGU no Município do Eusébio/CE nos anos de 2008 e 2009, e foi demandado pela Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Ceará, em ofício de 21 de agosto de 2008 (peça 3, p. 8). As informações a seguir foram retiradas do referido Relatório de Demandas Especiais.

3. O convênio MS/FNS 1245/2005 foi firmado em 13/12/2005, entre a União, por intermédio do Ministério da Saúde, através do Fundo Nacional de Saúde, e o Município de Eusébio, representado pelo Prefeito, Sr. Acilon Gonçalves Pinto Júnior, com investimento de R\$ 455.302,00, sendo R\$ 432.536,00 por conta da União, e R\$ 22.766,00 a ser aportado pelo município. O objeto do contrato de repasse foi a aquisição de medicamentos e materiais de consumo odontológico e médico-hospitalar (peça 4, p. 4).

EXAME TÉCNICO

4. A CGU constatou várias irregularidades referentes ao contrato de repasse em análise, conforme peça 4, p. 4-10.

5. Para se avaliar adequadamente os possíveis débitos e expedir a devida citação, a instrução da peça 17 propôs diligência ao Ministério da Saúde, solicitando cópia das prestações de contas parciais e finais apresentadas, bem como dos eventuais pareceres técnicos e financeiros emitidos, a fim de subsidiar a análise do processo. Tal proposta teve a concordância da Unidade (peça 18).

6. Enviado o ofício de diligência (peças 19-20), foi o mesmo respondido, tempestivamente, pelo citado Ministério (peças 22-29). Com base na resposta, e na peça 4, p. 4-10, pode-se fazer a seguinte análise.

Análise do Convênio MS/FNS 1245/2005

7. O convênio em tela teve por objeto a aquisição de medicamentos e materiais de consumo odontológico e médico-hospitalar. Para tal aquisição foi realizado o pregão presencial 2005.11.25.0001. Sagraram-se vencedoras, em lotes diferentes, as empresas Érika Hospitalar e Odontológico Ltda. (CNPJ 04.690.583/0001-80), Prohospital Comércio Representações Holanda Ltda. (CNPJ 09.485.574/0001-71), e Med-donto Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. (CNPJ 69.366.326/0001-33). Os contratos foram adjudicados e assinados em 30/1/2006. A última transferência de recursos por parte do Ministério da Saúde se deu por ordem bancária datada de 5/9/2006 (peça 4, p. 4-6).

8. Os problemas no convênio em tela, segundo a CGU, consistem em três, a saber.

Ausência de publicação do Aviso de Licitação e dos Extratos dos Contratos celebrados no Diário Oficial da União

9. O aviso em epígrafe foi publicado apenas no Diário Oficial do Estado do Ceará e no jornal “O Estado”, em desacordo com a Lei 8.666/1993, art. 21, e com o Decreto 3.555/2000, anexo I, art. 11. Quanto aos extratos dos contratos, foram apenas afixados em quadro de avisos, contrariando o Decreto 3.555/2000, anexo I, art. 20 (peça 4, p. 6-7).

Utilização injustificada do pregão presencial em detrimento do eletrônico como preconiza a legislação

10. A adoção da sistemática presencial para o pregão, em detrimento da eletrônica, não veio acompanhada de justificativa, em inobservância ao que dispõe o Decreto Federal 5.504/2005, art. 1º, caput, e §§ 1º e 2º.

Ausência de controle na distribuição dos medicamentos às Unidades de Saúde

11. A CGU examinou as fichas de controle de movimentação e consumo de medicamentos no Almoxarifado Central do município e em postos de saúde e constatou a fragilidade e precariedade dos referidos controles, o que, segundo aquela Controladoria, impediu que a mesma expressasse opinião quanto ao efetivo recebimento e utilização dos produtos adquiridos à conta dos recursos federais descentralizados por meio do convênio em tela.

Extinção do poder punitivo

12. As três irregularidades acima poderiam ensejar o envio de audiência aos responsáveis, a qual poderia resultar na imposição de multa. Essas irregularidades, no entanto, ocorreram há mais de dez anos. Nesse caso o TCU utiliza o entendimento de que a aplicação de multa tem caráter de sanção, estando sujeita ao prazo de dez anos para sua prescrição. Dispensa-se portanto o envio de audiência aos responsáveis. Tendo em vista que a CGU não encontrou evidências de outras irregularidades, alvitra-se o arquivamento dos presentes autos. Vejam-se os julgados:

Acórdão 6.201/2016 – TCU - Primeira Câmara – rel. Benjamin Zymler

Todas as multas aplicadas pelo TCU possuem natureza sancionatória e, dessa maneira, estão sujeitas à prescrição da pretensão punitiva, inclusive a multa proporcional ao débito (art. 57 da Lei 8.443/1992).

Acórdão 8.801/2016 – TCU - Segunda Câmara – rel. Marcos Bemquerer

A pretensão punitiva do TCU subordina-se ao prazo geral de prescrição de dez anos indicado no art. 205 da Lei 10.406/2002 (Código Civil), contado a partir da data da ocorrência da irregularidade sancionada, nos termos do art. 189 da referida Lei.



PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

13. Diante do exposto, com fundamento no artigo 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, alvitramos que o Tribunal decida arquivar os presentes autos, pelo cumprimento de seu objeto.

Secex/CE, 1ª DT, em 25/3/2019.

(Assinado eletronicamente)
Paulo Avelino Barbosa Silva
AUFC – Mat. 711-0